



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 18, n. 5, art. 11, p. 179-196, mai. 2021

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2021.18.5.11>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



MIAR



Violentas e/ou Violentadas? Travestis, Violência e Sofrimento Ético-Político

Violent Persons and/or Victims of Violence? Transvestites, Violence, and Ethical-Political Suffering

Guilherme José Parisi Dias

Graduado em Psicologia pela UNIP

E-mail: guilherme.parisipsi@gmail.com

Maria Olívia Garcia Ribeiro Arruda

Doutora em Teoria e Crítica Literária pela UNICAMP

E-mail: livgarcia@uol.com.br

Endereço: Guilherme José Parisi Dias

UNESP – Rua Sete de Setembro, 47, Centro – Tapiratiba,
SP. CEP 13.760-000. Brasil.

Endereço: Maria Olívia Garcia Ribeiro Arruda

Rua Treze de Maio, 414, Centro – São José do Rio Pardo,
SP. CEP 13.720-000.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

Artigo recebido em 13/04/2021. Última versão
recebida em 28/04/2021. Aprovado em 29/04/2021.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este artigo teórico, inspirado na perspectiva da psicologia sócio-histórica, objetiva apresentar e problematizar dois recortes da travestilidade: o sofrimento ético-político e a violência. Esta última é um elemento marcante das vivências travestidas e é encarada como uma via de mão dupla – uma via edifica o ser travesti, como fruto da violência estrutural e simbólica, apresentando-se no cotidiano através da expulsão delas do lar, da escola, do sistema de saúde e do mercado de trabalho; a outra, é um recurso delas, que muitas vezes precisam fazer valer o uso da violência física para (sobre)viverem nos ambientes hostis em que transitam, principalmente nos territórios da prostituição. O conceito de sofrimento ético-político, cunhado por Bader Sawaia, serve de instrumento para explicitar que muitos dos sofrimentos vivenciados pelas travestis são frutos das condições sociais destas últimas, pois o sofrimento é socialmente mediado e não um fim em si mesmo.

Palavras-chave: Travestis. Violência. Sofrimento ético-político.

ABSTRACT

This theoretical article aims, from socio-historical psychology, at presenting and problematizing two phenomena often faced by transvestites: ethical-political suffering and violence. The latter is a prominent feature of their experiences as transvestites, and it is usually regarded as a two-way street: on the one hand, violence is a fundamental part of their lives due to symbolic and structural pressures. It affects them on a daily basis through restrictions on access to a home, education, healthcare, and employment. On the other hand, those subjects are left with no choice but to rely on acts of physical violence to ensure their survival in hostile environments, especially when it comes to prostitution areas. We rely on the “ethical-political suffering” concept developed by Bader Sawaia to clearly show that a significant part of transvestites’ suffering is due to the social conditions pertaining to their lives, as suffering is a socially mediated experience, not an end in itself.

Keywords: Transvestites. Violence. Ethical-political Suffering.

1 INTRODUÇÃO

Ter as travestis como foco do nosso olhar nos obriga, certamente, a falar da prostituição enquanto uma atividade atrelada a essas identidades, pois é na territorialidade física e simbólica destes espaços que muitas desenvolvem seus processos de existencialização (ORNAT, 2008). Assim, é na convivência na malha de sociabilidade da prostituição que muitas travestis aprendem a ser e a construir sua feminilidade. Várias transformações que as iniciam no “universo” da travestilidade, como a adoção de um nome feminino e as transformações corporais, têm sua gênese a partir das relações que começam a se desenvolver a partir daí (PELÚCIO, 2005a; SANTOS, 2014; NOGUEIRA; LEÓN, 2012).

Além do acolhimento existencial frente à exclusão de muitas instituições como família, escola, sistemas de saúde (DAVI; BRUNS, 2015), os territórios da prostituição muitas vezes impõem uma dura realidade àquelas que necessitam vender seu corpo para sobreviver. São muitas e de diferentes dimensões as violências sofridas neste contexto, indo desde as perpetradas por clientes e policiais (GARCIA, 2008), brigas ligadas à demarcação territorial e iniciadas por aquelas que primeiro chegaram nele (PELÚCIO 2007), disputas por clientes (DAVI; BRUNS, 2015), até as violências simbólicas, que na maioria das vezes obrigam as travestis a serem compulsoriamente relegadas ao universo da prostituição.

Desse modo, esta revisão teórica objetiva indicar, por meio da perspectiva da psicologia sócio-histórica, que as várias dimensões da violência existentes no cotidiano das travestis são tecidas em relação dialética e imbricadas entre as realidades subjetiva e objetiva, em que as travestis são, ao mesmo tempo, vítimas e agentes de violações. Ademais, o conceito de sofrimento ético-político, cunhado por Bader Sawaia, além de ressaltar essa importante dimensão das vivências travestis, serve de instrumento analítico para indicar que o sofrimento, embora materializado no sujeito, não se resume só àquilo que é particular a ele, mas é social, histórico e desigual, a depender dos sujeitos que sofrem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Psicologia Sócio-Histórica

A Psicologia, assim como toda e qualquer ação humanamente produzida, está inscrita numa historicidade; sendo assim, o resgate e a análise das histórias que essa ciência e profissão teceram são indicadores dos valores e das concepções que a Psicologia deteve, e

ainda detém, sobre seu objeto de estudo: o Homem. O retrospecto histórico aponta para o seguinte dado: essa disciplina, desde seu início, num mesmo caminhar de outras ciências, comprometeu-se com grupos muito específicos da malha social (BOCK,1999). Todo esse comprometimento se deu através de um processo nada neutro, em que essa área do conhecimento se travestiu com uma roupagem científica para defender os interesses que lhe convinha, contribuindo, inclusive, para a patologização de alguns grupos sociais (GUTIERRES; LORDELLO, 2020). Segundo Bock (1999), a Psicologia, em suas produções, caracterizou-se por reduzir fenômenos que eram eminentemente sociais ao campo do individual.

No Brasil, parte dessa história ganhou novos rumos quando, em meados da década de 80, deu-se início, entre um grupo de professores e universitários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a um intenso processo de insatisfação com as bases epistemológicas e teóricas da Psicologia Social, que até o período eram importadas da Europa e América do Norte (em sua maioria psicologizantes e apoiadas em métodos experimentais) e utilizadas no contexto brasileiro sem criticidade; fatores de ordem política também influenciaram as inquietações, como o período repressivo influenciado pelo golpe militar de 1964 (CARVALHO; SOUZA, 2010).

A chamada “crise da Psicologia Social” teve, na figura da professora Silvia Lane e seus orientandos, a possibilidade de uma proposta de superação dos paradigmas tradicionais, processo que levou à constituição da denominada “Escola de São Paulo de Psicologia Social”. Embora esta última não tenha se constituído de modo homogêneo, a ela foi central a adoção do materialismo histórico e dialético como proposta metodológica, além da preocupação com a transformação social (CARVALHO; SOUZA, 2010). Segundo Sawaia e Maheirie (2014), a proposta da referida professora tinha como objetivo desideologizar a Psicologia; a partir dos anos 80, então, objetivou-se “a superação dos referenciais teóricos e metodológicos que isolavam o psiquismo da sociedade e da história” (p. 1).

A união de Silvia Lane com outros professores da PUC-SP desaguou na formação de uma equipe denominada “Equipe de Psicologia Sócio-Histórica” (BOCK; GONÇALVES; ROSA, 2020).

Este artigo é fruto do recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida pelo primeiro autor deste artigo, intitulada “As travestis sob o enfoque da Psicologia Sócio-Histórica: percursos de um sofrimento ético-político”. Por isso, pauta-se num referencial crítico de análise em Psicologia Social, embora a Psicologia Sócio-Histórica tenha sido

utilizada mais como um pressuposto ético-político-epistemológico na compreensão da problemática proposta do que um arcabouço de categorias analíticas fixas.

Como aponta Bock (2002), a Psicologia Sócio-Histórica é uma perspectiva crítica em Psicologia, que se inscreve como uma possibilidade de superar as dicotomias tão características nessa ciência, tais como interno/externo, individual/social, etc. Para tal, se fundamenta epistemologicamente no materialismo histórico e dialético; assim.

Para a Sócio-Histórica, falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem. (BOCK, 2002, p.22)

A Psicologia Sócio-Histórica fundamenta-se em muitas contribuições de Vigotski à ciência (TOASSA; SOUZA; RODRIGUES, 2019); tal autor, objetivando a superação do Positivismo, apropria-se do método dialético, pois este permite trabalhar subjetividade e objetividade enquanto unidade de contrários (SAWAIA; MAHEIRIE, 2014). Segundo Aguiar (2002), tal perspectiva em Psicologia preconiza que, ao se considerar a realidade social, abre-se a possibilidade de compreender os fenômenos que são, concomitantemente, individuais e sociais/históricos.

A opção por uma postura dialética na compreensão da travestilidade, e neste caso em especial a sua constituição e relação de proximidade com as diversas formas de violência, advém da necessidade de alargamento da visão sobre os processos constitutivos das múltiplas realidades que constituem o processo da vida, isto é, da interface que constitui subjetividade e objetividade ao mesmo tempo. Nesse sentido, segundo Aguiar (2002), para compreender os fenômenos em sua processualidade, isto é, enquanto um processo, a Psicologia Sócio-Histórica postula que se deve atentar ao conjunto das relações.

Como a proposta inicial que marca o nascimento e compromisso desse ramo da Psicologia é a de compreender a exploração e dominação na sociedade brasileira (SAWAIA; MAHEIRIE, 2014), este artigo a elegeu como pressuposto justamente porque pretende indicar as várias dimensões que se articulam na produção de violências e violações na cotidianidade da vida de muitas travestis.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 “Tá pensando que travesti é bagunça?!”¹

A frase que atribui materialidade a este tópico nos dá, aqui, a representação de um componente marcante das vivências das travestis: a violência. Entretanto, para melhor uso deste conceito, faz-se necessária uma ampliação do que se entende por violência e quais suas formas de expressão, já que ao mesmo tempo ela ora é condição para a situação existencial das travestis, ora é resposta delas frente aos desafios de sua vida. Pensamos, então, a violência como uma via de mão dupla – uma via edifica o ser travesti, como fruto da violência estrutural e simbólica; a outra, é um recurso delas (travestis), que muitas vezes precisam fazer valer o uso da violência física para (sobre)viverem nos ambientes hostis em que transitam, principalmente nos territórios da prostituição. Desse modo, Cruz Neto e Moreira (1999) postulam que a violência é [...] “polifórmica, multifacetada, encontrando-se diluída na sociedade sob o signo das mais diversas manifestações, que se interligam, interagem, (re)alimentam-se e se fortalecem” (p. 34); assim como a violência estrutural, que [...] “fomenta preconceitos e causa danos morais, psicológicos, físicos e a morte” (p. 39).

Além do mais, a violência estrutural, apesar de pouco visível, desempenha fortes influências sobre a dinâmica dos fenômenos sociais e, no caso das travestis, a falta de clareza para se enxergar a tonalidade da violência perpetrada contra elas se mostra um ponto revelador, porque a sociedade quase nunca as vê como vítimas, mas sempre como causadoras de problemas; assim, [...] “os violentados passam a ser encarados como os violentos” (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999, p.39, 1999, p.39).

Para Maria Cecília Minayo (1994), a violência estrutural é

[...] aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos e que conduzem à opressão de grupos, nações e indivíduos, aos quais são negadas as conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (p.8).

Perceber as diferentes formas de violência como componentes de um mesmo processo nos dá a possibilidade de depreender a associação fundante entre as formas diversas da

¹ Frase de Luana Muniz, que ficou conhecida após a travesti carioca participar do programa televisivo Profissão Repórter, da Rede Globo. No contexto da frase, Luana se envolve em um episódio de violência física com um “potencial” cliente. Programa exibido em 25/05/2010. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1270323/?s=0s>

violência, dado que uma está condicionada à existência da outra. A travesti, em alguns contextos, só é violenta porque foi violentada no processo de construção de si. Nesse sentido, Carrieri, Souza e Aguiar (2014) têm postulado que os níveis micro estrutural, representado pela violência interpessoal, e o macroestrutural, representado pela violência simbólica, são interdependentes e interconectados.

3.2 Violência estrutural perversa

A violência estrutural constrói não só as formas como as instituições sociais operam e articulam suas formas de poder, mas edifica também o subjetivo das travestis; isso porque um sujeito nunca é um sujeito em si mesmo, mas sempre alocado dentro de relações mais amplas, que são travadas no seio da sociedade. Assim, o fenômeno da travestilidade, nos moldes em que conhecemos hoje – sofrendo violência intrafamiliar e escolar (Martha SOUZA *et al.*, 2015), violência policial (CAVALCANTI; BARBOZA; BICALHO, 2018) alta violência letal (CARRARA; VIANNA, 2006), violência no mundo da prostituição (DAVI; BRUNS, 2015, 2015), violência no acesso à saúde (FERREIRA *et al.*, 2017), violência autoprovocada, na construção corporal (PELÚCIO, 2005b), violência simbólica que as barram do mercado de trabalho formal (ASSIS; SOARES; MOTTA, 2018), entre tantas outras – existe em função do atravessamento das relações de poder presente nas violências estrutural e simbólica.

Elemento importante a ser considerado, que não constitui uma forma de violência concreta, mas faz parte de um processo violentíssimo e legitimador de todas as outras formas de violência, é a ideologia, fenômeno auxiliar da violência estrutural e simbólica. Segundo Chauí (2008), a alienação é base de toda consciência, visto que os homens colocam a responsabilidade de produção da vida social, da cultura e da transformação da natureza nas mãos de terceiros e não compreendem a si mesmos como produtores destas realidades. Assim, o fato da alienação ser base da consciência permite a existência da ideologia; esta última, por sua vez, é responsável por fazer com que as ideias pareçam anteriores e deslocadas da materialidade, tal como um conjunto que comanda, de modo autônomo, a ação dos homens.

Decorre deste processo o caráter perverso deste tipo de violência, pois a sociedade, através do processo ideológico que seletivamente dá a humanidade a alguns e nega a outros, não é capaz de perceber noções e situações que violam os direitos das travestis, principalmente o direito a uma vida digna. Desta maneira, “construindo e legitimando esta leitura naturalizada do mundo, encontramos o exercício do poder simbólico”. (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014, p. 83).

O preconceito que caracteriza a exclusão daqueles que se distanciam do padrão de normalidade social é talvez a manifestação mais insidiosa da violência simbólica e fundamenta-se no paradoxo que define tal violência, impedindo-nos de ver o que não vemos, ou seja, impossibilita ao sujeito identificar os limites de sua própria percepção da realidade, “atua ocultando razões que justificam determinadas formas de interiorizações históricas, naturalizadas por seus mecanismos” (Prado & Machado, p. 67) (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014, p. 84).

É no interior da família, instituição empenhada na manutenção da ordem social (MISCOLCI, 2005), que as primeiras formas de violência - concreta, psicológica, física ou verbal - são dirigidas àquelas que têm como proposta de vida a travestilidade. O pontapé inicial para as aversivas reações dos familiares, principalmente do pai, decorre da percepção que esse grupo tem do uso de elementos da cultura feminina por garotos afeminados, como adornos e feminilidade. Principalmente quando surgem mudanças corporais, as travestis começam a sofrer opressão e discriminação intrafamiliar (SOUZA *et al.*, 2015). Assim, “a descoberta da sexualidade é o momento em que convivem com surras, insultos e rejeições familiares”. (SOUZA *et al.*, 2015, p.770). Ainda segundo Souza *et al* (2015), “não estar nos padrões de gênero esperados pela família é um dos primeiros obstáculos vivenciados pelas travestis” [...] (p. 770). Além do mais, os tipos de violência são dos mais variados, mudando de expressão conforme vários fatores, tais como a visão de mundo da família. Para Peres (2005), “na maioria das vezes, essas pessoas são agredidas verbal e fisicamente, sendo muitas vezes expulsas de suas casas” [...] (p. 54)

Ainda para Peres (2005), os dados de violência familiar evidenciam “uma trajetória de exclusões que tem seu início na família.” (p.54). Deste modo, pode-se falar num efeito dominó, pois os processos responsáveis por alocar as travestis às margens são encadeados, isto é, estão interligados, pois além de serem orientados pelas noções hegemônicas que a sociedade tem sobre elas, são várias as portas que vão se fechando, sobrando a elas a possibilidade de pertencimento restrita a alguns locais, como os territórios da prostituição.

Ao mesmo passo da família, a escola é uma importante instituição do processo de socialização da pessoa humana. E, em consonância com o que tem feito a família – instituição socializadora primária – a escola também tem se caracterizado por práticas de oferta de violências às travestis. Quanto a isso, Souza *et al.* (2015) em trabalho etnográfico realizado com travestis, têm dito que, “pelos relatos das interlocutoras, percebe-se que as agressões se iniciam no contexto da família nuclear e têm seguimento no ambiente escolar, fazendo com que abandonem esses espaços”. (p. 770)

O modo de funcionamento da escola enquanto instituição social é em si uma forma de violência simbólica, pois apresenta suas práticas e valores como naturais e universais

(BOURDIEU, 1970 *apud* SOUZA *et al.*, 2015). Por isso, “[...] se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade”. (BENTO, 2011, p. 555). Além do mais, o convívio no ambiente escolar é dotado de “medo” e “pavor” por meninos afeminados, antes mesmo deles iniciarem suas transformações corporais rumo à travestilidade. (SOUZA *et al.*, 2015)

A intensidade da discriminação e do desrespeito aos quais as travestis são expostas nas escolas em que desejam estudar leva, na maioria das vezes, a reações de agressividade e revolta, ocasionando o abandono dos estudos ou a expulsão da escola, o que conseqüentemente contribui para a marginalização [...] (PERES, 2009, p. 245).

Aquelas que excedem as normas rígidas do binarismo de gênero sofrem, no ambiente escolar, violências mais indiretas e institucionais, que estão sempre atuantes nesses espaços. Informação corroborada por Barreto *et al.* (2018), que salientam que “[...] ‘corpos travestis precisam enfrentar todo o tempo situações estabelecidas pelo biopoder que se materializa em formulários com campos de sexo/gênero e/ou sem campos para o nome social, divisão binária dos espaços’ [...] (p. 329), entre outros.

Outra instituição componente da complexidade da realidade social, também empreendida na tarefa de deslegitimar o modo de vida das travestis, é o Sistema de Saúde. Esse Sistema, assim como as instituições violadoras já citadas, faz parte de uma rede que tem *expertise* em patologizar, discriminar e marginalizar aqueles que fogem às regras instituídas historicamente.

Situação frequentemente relatada pelas travestis é a inabilidade dos profissionais de saúde em tratá-las por seus nomes sociais e pelo artigo feminino, pois nas instituições de saúde são geralmente referidas pelo nome de registro (MULLER; KNAUTH, 2008); conjuntura que gera, sem dúvida, vergonha e humilhação frente aos outros sujeitos presentes nesses espaços. A associação compulsória entre travestis e AIDS é outra faceta desse violento processo de estigmatização de tais identidades pelo sistema de saúde (MULLER; KNAUTH, 2008), pois se resume um grupo social a uma doença que não existe em função deste grupo, reiterando um estigma que articula as sexualidades não heterossexuais (e as identidades trans, que também carregam a abjeção na própria carne) à Aids desde o surgimento da epidemia (MISKOLCI, 2007; ZUCCHI, PAIVA, FRANÇA JÚNIOR, 2013).

Assim, [...] “ser travesti em nossa sociedade é a obtenção de um salvo conduto para os serviços de saúde fazerem uso de violência, porque ‘naturalmente’ é negado às travestis o

passaporte de cidadania”. (FERREIRA *et al.*, 2017, p. 1031). O resultado que emana daí é uma rede, formada por várias instituições, que se empenha em negar direitos fundamentais a sujeitos específicos.

3.4 Violência como um recurso à sobrevivência

O *modus operandi* da vida travesti é fundamentalmente influenciado por essas violências que as travestis sofrem, inclusive os recursos que se utilizam para sobreviver e, neste último caso, são elas as causadoras de outros tipos de violência. A violência estrutural, então, precisa ser encarada como coprodutora da violência interpessoal e autoinfligida, que muitas vezes as travestis utilizam para lidar com os desafios da vida, principalmente da vida noturna. Assim, as formas macroestruturais da violência simbólica e estrutural produzem não só o ser travesti, mas também as artimanhas que elas elaboram para a manutenção de suas próprias existências. Um dos efeitos desse processo é um ciclo que se retroalimenta. A violência estrutural incita as travestis a cometerem outras violências (estas últimas são cometidas, pois essa é uma das poucas opções que restam a elas) e, deste modo, perpetua-se o estigma de que travesti é perigosa e fora da lei por natureza. Não se revela, assim, o caráter social e perverso da violência estrutural.

À noite, a prostituição e as travestis, que muitas vezes utilizam esses espaços para fazer a vida, têm truques e regras que orientam o modo como as relações se dão nesses espaços. As travestis, então, quando submersas no mundo da prostituição, muitas vezes utilizam artimanhas para se posicionar e conquistar respeito no mundo da prostituição rueira. Nesse sentido, Ornat (2008) tem explicitado a importância da apropriação do território para a construção da travestilidade; nas palavras dele, “é nesses espaços apropriados que elas conseguem impor condutas consensuais no grupo e desta forma, instituem os territórios da prostituição travesti” (p. 50).

Tal afirmação encontra consonância com Pelúcio (2005b), ao dizer que “a ‘noite’[...] é cheia de códigos e regras e as travestis aprendem logo que, nas muitas surpresas da noite, não há impunidade” (p.247). A disputa territorial, no mundo da prostituição, revela um dos recursos que são tradicionalmente acionados para se organizar o modo como essa atividade será desenvolvida pelas profissionais do sexo. Segundo Davi e Bruns (2015),

Há toda uma demarcação de territórios dentro do mercado do sexo: divisão se relaciona com o capital corporal de quem divide os espaços e marca identidades que são classificadas por categorias e hierarquias baseadas no poder econômico e na violência. (p.527)

A disputa territorial, de acordo com Pelúcio (2005a), é marcada por regras que se orientam pela ordem de chegada aos pontos de prostituição, onde geralmente as mais experientes em cada território instituem o “pedágio”, valor cobrado àquelas que chegam posteriormente a esses espaços. Além do mais, segundo Davi e Bruns (2015), “algumas situações violentas são, inclusive, entendidas pelas próprias travestis como a única solução para um impasse (BENEDETTI, 2005), principalmente, quando existem disputas de pontos e de clientes” [...] (p. 527).

A violência auto-inflingida também é uma constante na vida das travestis. Muitas vezes o recurso que muitas delas utilizam para se manter no sofrido mundo da prostituição é o uso de drogas. Davi e Bruns (2015) explicitam os perigos que o contexto da vida noturna oferta àquelas que ali exercem a atividade da prostituição através do relato de uma travesti participante de sua pesquisa, que expressa a situação ao dizer que “então eu acho que se a gente tivesse um trabalho de dia a gente teria que ir até a droga e a gente na prostituição a droga vem até a gente” (p. 526).

Os sentimentos advindos da desfiliação social que experimentam as travestis e, conforme Pelúcio (2005a), a expulsão do convívio familiar, a discriminação e a solidão a que estão sujeitas contribuem para que a droga seja vista como um pilar que ajuda a sustentar a rotina da vida noturna. Além do mais, segundo Garcia (2008), o fator renda também impacta nesse processo, já que travestis de baixa renda estão mais sujeitas a cometer roubo e a envolver-se com o tráfico de drogas.

Outro modo de violência instituída por si próprias em seus corpos são as técnicas que muitas travestis utilizam na autoconstrução corporal, como o uso de silicone líquido industrial, produto aplicado de modo caseiro e contraindicado ao uso humano, que pode acarretar sérios problemas de saúde, inclusive a morte (PINTO *et al.*, 2017).

3.5 Sofrimento ético-político

A opção de dar importante ênfase, neste artigo, ao conceito de sofrimento ético-político advém da necessidade sentida de se reconhecer a humanidade das travestis, que muitas vezes lhes é negada. Para tal, o conceito cunhado por Bader Sawaia (1999) serve de

instrumento para resgatarmos o caráter dos sofrimentos vivenciados pelas travestis, além de apontar a dimensão sócio-histórica desse sofrer, sua gênese e seus tensionamentos. Faz-se necessário, também, indicar a importância de que outros estudos deem ênfase a essa dimensão da experiência subjetiva, visto que há pouca produção científica que versa sobre a afetividade das travestis.

Segundo Bertini (2014), o sofrimento ético-político é uma conceituação que representa a interface entre subjetividade e sociedade; assim, se apoia em uma visão dialética, histórica, materialista e social. Além do mais, o ato de dar realce a essa dimensão da vivência travesti revela nossa preocupação em resgatar dimensões esquecidas pelos estudos da temática da travestilidade, pois acreditamos ser “necessária a presença de uma postura ética de rompimento com o descompromisso político frente ao sofrimento do outro” (ROCHA; CASTIGLIONI, 2005, p. 103).

O sofrimento é, sobretudo, mediado e não um fim em si mesmo; tem profunda relação com o lugar social daquele que sofre e, deste modo, “não é só psíquico” (BERTINI, 2014, p. 68). Ele é fruto da mediação entre as determinações objetivas – como as ciências, que patologizam a travestilidade, as instituições sociais - isto é, família, escola, mercado de trabalho formal que a renegam - enfim, dos valores macroestruturais que imperam na organização social e a dinâmica subjetiva, que é vivenciada de formas diversas, com sentimentos advindos da transfobia, da vergonha e humilhação perante o social, e até mesmo da precoce experiência de morte (biológica e também simbólica).

A distinção feita por Sawaia (2000), apoiada em Agnes Heller, entre dor e sofrimento é exemplificadora da escolha (dela, em cunhar o termo, e nossa em pensar que seu uso é pertinente para o estudo da travestilidade) de classificar em ético-político um tipo de sofrimento que é orientado pela condução da realidade social. A dor é algo inevitável, coisa que todo humano está sujeito a sentir, já “sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais” (SAWAIA, 2000, p. 102). Assim, para nós, o ser travesti é dor, seja nos violentos procedimentos estéticos que realizam no corpo, seja nas violências corriqueiras perpetradas por clientes e policiais no contexto da prostituição, mas é, especialmente, sofrimento. Sofrimento este que se orienta pelos valores que a sociedade construiu e elaborou sobre a travestilidade, sobre a abjeção que impera na carne e na existência delas; enfim, não é fenômeno derivado do que cada travesti faz subjetivamente, mas principalmente do olhar social que se propõe a lê-las e ditar o que podem e o que não, os espaços que devem habitar ou não, se são detentoras de humanidade ou não, entre outras coisas. Segundo Bader Sawaia

(2000), “é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente” (p. 99).

As travestis não experienciam um sofrimento similar ao de outros atores sociais, elas experimentam o sofrimento que o ser travesti, nas condições concretas de vida – marginalização, estigmatização, violências – encerra. O gênero, que no caso delas é vivido de modo ambíguo e produtor de questionamentos, é um importante marcador social que dita o tom desse sofrer. Assim, “ele² varia historicamente, de acordo com a mediação priorizada no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe.” (SAWAIA, 2000, p. 104). No entanto, é importante salientar que não é apenas o gênero das travestis o determinante do curso do sofrimento, pois são múltiplos os marcadores engendrados no processo de marginalização e exclusão social; o foco no gênero se dá, pois, a nosso ver, quando a sociedade pensa “travesti”, a associação que se faz está relacionada à ambiguidade desses corpos. Neste sentido, para Carvalho (2019), a desigualdade de gênero também desempenha influência na dinâmica do sofrimento das travestis, pois muitos dos estigmas relacionados às mulheres também se voltam contra elas (as travestis).

Não há dúvidas de que a existencialização das travestis atrelada à marginalidade e à exclusão social desempenha força sobre o adoecimento psíquico, aos transtornos depressivos, uso abusivo de drogas e ideação suicida delas (ZUCCHI *et al.*, 2019). Porém, é importante salientar que o sofrimento é experienciado também no cotidiano de formas negativas, mas com outras dimensões, como é o caso da impossibilidade de se sentirem seguras ao sair à luz do sol, de frequentar alguns espaços, de ter acesso ao mercado de trabalho formal, entre tantos outros. Sawaia (1995) *apud* Sawaia (2000) tem versado sobre isso ao falar que o sofrimento ético-político

[...] revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto. (p. 105)

Sawaia (2000) propõe-se a utilizar de um fenômeno chamado “banzo” para exemplificar o conceito de sofrimento ético-político na prática. “Banzo” é o nome dado a uma “doença” que matava o negro brasileiro, mas não tinha uma explicação médica; assim, esse fenômeno pode “indicar que um sofrimento psicossocial pode redundar em morte biológica” (SAWAIA, 2000, p. 104). Ele é resultado dos sentimentos de tristeza advindos de uma

² O sofrimento.

organização social que desempenha sobre um grupo/etnia um poder violento que expropria sua humanidade e os deixa mais suscetíveis ao sofrimento social e à morte. E por dissertar sobre morte, cabe dizer que a expectativa de vida de 35 anos das travestis (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018) é uma face exemplificadora empírica de como o sofrimento ético-político atua no cotidiano da travestilidade; ademais, tal dado escancara a perversidade da sociedade, que reiteradamente o naturaliza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a travestilidade é uma tarefa complexa, visto que este fenômeno se relaciona a muitos fatores, sendo macro e microssociais, subjetivos e objetivos, históricos e sociais. Assim, optou-se por colocar como foco central deste artigo dois recortes importantes das vivências travestis, quais sejam, a violência e o sofrimento ético-político.

Objetivando uma visão mais ampla capaz de abarcar as diversas dimensões da violência, esta foi pensada a partir de diferentes óticas, permitindo-se desvelar que as travestis são violentas, em muitos contextos, justamente porque seus processos de subjetivação são tecidos através do convívio com muitas violações, sendo negadas a elas experiências básicas de vida, como a convivência familiar e acesso à escolarização, saúde e ao trabalho formal.

São muitos os discursos existentes na sociedade, inclusive de vários ramos da ciência, que, na pretensão de compreender a realidade, sucumbem à dimensão social das violências e dos sofrimentos, processo que ideologicamente desagua em compreensões reducionistas e a-históricas sobre os fenômenos; pensando a partir daí, este artigo pretendeu deixar nítido o hábito social hegemonicamente criado de enxergarem-se apenas as violências que muitas vezes as travestis são compelidas a perpetrar, bem como o escamoteamento das muitas violações a que estão sujeitas, processo que legitima a perversidade da violência simbólica/estrutural ao naturalizar as violações que estes sujeitos sofrem.

Portanto, acredita-se que, ao se desvelarem as dimensões simbólica e estrutural da violência, as travestis passam a ser pensadas como seres que reiteradamente têm suas histórias violadas. Esta postura teórica é capaz de encaixar as múltiplas dimensões que fazem parte da realidade concreta, além de permitir responder ao questionamento que intitula este trabalho. As travestis não são dicotomicamente violentas ou violentadas, pois estes são movimentos imbricados, impossíveis de existir sem uma relação de interface. Assim, postula-se que as travestis sejam violentas e violentadas concomitantemente.

Cunhado por Bader Sawaia, o conceito de sofrimento ético-político, mais do que um mero recurso de análise, é usado de modo a afirmar nosso compromisso em desvelar as verdadeiras configurações responsáveis pela produção de sofrimento e adoecimento nas vivências travestis, isto é, a dimensão social mediadora do sofrimento.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (org.). **A Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- ALMEIDA, C. B.; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. **Rev. Direito GV**, vol.14, n.2, p.303-333, 2018.
- ASSIS, G. A. P.; SOARES, R. V.; MOTTA, H. L. Ser travesti profissional do sexo: um olhar fenomenológico. **Rev. NUFEN**, v.10, n.1, p. 91-107, 2018.
- BARRETO, D. J. *et al.* Podem as travestis estudar? Regimes de verdade sobre corporalidades vibráteis na escola. **Rev. Psicol. Polít.**, vol.18, n.42, p. 322-336, 2018.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, vol.19, n.2, p.549-559, 2011.
- BERTINI, F. M. A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. **Psicol. Soc.**, vol.26, n.spe2, p.60-69, 2014.
- BOCK, A. M. B. **Aventuras do Barão de Münchhausen da Psicologia**. São Paulo: Educ & Cortez, 1999.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (org.). **A Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; ROSA, E. Z. (org.). **Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2020.
- CABRAL, V.; ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. As relações entre espaço, violência e a vivência travesti na cidade de Ponta Grossa – Paraná – Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. único, n. 35, p.118-135, 2013.
- CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**, vol.16, n.2, p.233-249, 2006.
- CARRIERI, A. de P.; SOUZA, E. M. de; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. **Rev. adm. contemp.**, vol.18, n.1, p.78-95, 2014.

CARVALHO, B. P.; SOUZA, T. M. dos S. A “Escola de São Paulo” de psicologia social: apontamentos históricos. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 4, 2010.

CARVALHO, T. R. de. Sofrimento Ético-político: a vivência travesti em um contexto de exclusão social. **Revista Científica Integrada UNAERP**, vol.4, n.2, p. 1-20, 2019.

CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R. B.; BICALHO, P. P. G. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. **Psicol. cienc. prof.**, vol.38, n.spe2, p.175-191, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciênc. saúde coletiva**, vol.4, n.1, p.33-52, 1999.

DAVI, E. H. D.; BRUNS, M. A. de T. Mundo-vida travesti: abordagem fenomenológica das travestilidades. **Temas psicol.**, vol.23, n.3, p. 521-533, 2015.

FERREIRA, B. de O. *et al.* Vivências de travestis no acesso ao SUS. **Physis**, vol.27, n.4, p.1023-1038, 2017.

GARCIA, M. R. V. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. **Cad. psicol. soc. trab.**, vol.11, n.2, p. 241-256, 2008.

GUTIERRES, S. M.; LORDELLO, S. R. Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 20, n. 47, p. 165-177, 2020.

MINAYO, M. C. de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, vol.10, suppl.1, p.S7-S18, 1994.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, n.28, p.101-128, 2007.

MULLER, M. I.; KNAUTH, D. R. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado'!. **Cad. EBAPE.BR**, vol.6, n.2, p.01-14, 2008.

ORNAT, M. J. Território e prostituição travesti: uma proposta de discussão. **Terr@ Plural (UEPG. Impresso)**, vol.2, p.41-56, 2008.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, n.25, p.217-248, 2005a.

PELÚCIO, L. Toda quebrada na plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos Revista de Antropologia Social**, vol.6, n.1 e 2, p.97-112, 2005b.

PELÚCIO, L. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

PERES, W. S. Travestis Brasileiras: construindo identidades cidadãs. In Grossi, M. P. *et al.* (Org). **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. (p. 53-68). Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PERES, W. S. Cenas de Exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In JUNQUEIRA, R. D. (Org). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. (pp. 235-264). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, UNESCO, 2009.

ROCHA, E.; CASTIGLIONI, M. Reflexões sobre recursos tecnológicos: ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologia de assistência e tecnologia de apoio. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, vol.16, n.3, p.97-104, 2005.

TOASSA, G.; SOUZA, T. M. C.; RODRIGUES, D. de J. S. (org.). **Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamentos à práxis**. [Ebook]. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAWAIA, B. B.; MAHEIRIE, K. A psicologia sócio-histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. **Psicol. Soc.** Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 1-3, 2014.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In _____. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. (2ª ed.). (p. 97-118). Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, M. H. T. *et al.* Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol.31, n.4, p.767-776, 2015.

ZUCCHI, E. M.; PAIVA, V. S. F.; FRANCA JUNIOR, I. Intervenções para reduzir o estigma da Aids no Brasil: uma revisão crítica. **Temas psicol.**, vol.21, n.3, p. 1067-1087, 2013.

ZUCCHI, E. M. *et al.* Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol.35, n.3, p.1-13, 2019.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

DIAS, G. J. P; ARRUDA. M. O. G. R. Violentas e/ou Violentadas? Travestis, Violência e Sofrimento Ético-Político. **Rev. FSA**, Teresina, v.18, n. 5, art. 11, p. 179-196, mai. 2021.

Contribuição dos Autores	G. J. P. Dias	M. O. G. R. Arruda
1) concepção e planejamento.	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X